KARINA BORGES DIAZ NERY DE SOUZA

Difícil lembrar, pior esquecer

Memórias de filhos de desaparecidos confrontam a "política do esquecimento" em relação aos crimes da ditadura

QUALQUER EVENTO que venha tirar da letargia a memória coletiva sobre a ditadura brasileira até hoje causa alvoroço. Em 2004, foram descobertos documentos sobre a morte de Virgílio Gomes da Silva, um dos responsáveis pelo sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969. Virgílio foi o primeiro "desaparecido" desde o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que iniciou o período mais repressivo da ditadura. Foi também o primeiro a ter sua morte sob tortura comprovada, por meio de uma foto do corpo e de um laudo da autópsia que afirma ter sido a morte causada por traumatismo craniano e que descreve escoriações intensas por todo o corpo. O caso reacendeu a polêmica em torno da existência ou não de documentos que comprovem e esclareçam as circunstâncias da morte de todos aqueles que passaram a ser considerados "desaparecidos políticos".

A mobilização pela abertura dos arquivos tem um significado além da comprovação dos excessos cometidos e da possibilidade de julgamento dos culpados. Remete ao que as organizações da sociedade civil qualificam como "política do esquecimento", reivindicando, em contraposição, o direito à memória.

É este o sentido do vídeo curta-metragem *Os 15 filhos*, dirigido em 1996 por Maria de Oliveira Soares (presa juntamente com sua mãe, Eleanora Menicucci de Oliveira) e Marta Nehring (filha do desaparecido político Norberto Nehring). São relatos sobre a infância, lembranças fragmentadas da violência da prisão e da tortura dos pais, o exílio, a vida na clandestinidade, a inútil espera pela volta do pai ou da mãe. Revelam como o Estado começa a tratar seus adversários políticos enquanto "indivíduos perigosos", que ameaçam a sobrevivência daqueles cuja vida deve ser preservada. A partir disso, decide-se entre quem deve viver e quem deve morrer, e providencia-se a eliminação da "vida indigna" de ser vivida.

Colocado numa inexistência político-jurídica, este ser "matável" aparece no estranhamento e na indignação da fala de um dos entrevistados, João Carlos de Almeida Grabois, ao se referir à situação da mãe. Desapareceu qualquer traço de sua prisão: "Pra ela, achava que nunca mais ia me ver, achava que ela ia morrer, os caras iam matar ela porque não tinha inquérito, não tem nada, entendeu? Não era oficial, minha mãe nunca foi presa. Se você pegar, ela pediu o habeas-corpus, ou o habeas-data dela e, num período de 73, antes da guerrilha, de 70 a 73, 75, né? Não existe, minha mãe não teve atuação política. Ela teve atuação política até 70 e depois de 75. É um período inexistente. Inexistente! Ela deixou de fazer política, é incrível!".

Decide-se entre quem deve viver e quem deve morrer, e providencia-se a eliminação da "vida indigna" de ser vivida

ARQUIVO / AGÊNCIA O GLOBO

Tanques militares pelas ruas do Rio de Janeiro no dia 1 de abril de 1964: a ditadura se instaurava, abrindo a temporada das prisões, dos exílios, dos desaparecimentos.

João Carlos, o Joca, é filho de André Grabois e neto de Maurício Grabois. Seu pai, seu avô e seu tio foram mortos no Araguaia no final de 1973. Foi criado pela mãe, Criméia Almeida, presa em São Paulo em dezembro de 1972, quando estava grávida dele. Joca nasceu na prisão.

Os vários casos de desmentidos, de negação dos fatos através dos meios de comunicação de massa são também uma forma de morte. Ivan Seixas foi preso no DOI-Codi aos 16 anos, juntamente com seu pai, Joaquim Alencar Seixas, morto sob tortura em 1971. Seu relato mostra bem os mecanismos de indução ao silenciamento, isolando o ser humano da convivência com os outros e fazendo-o sentir a falta das condições mínimas para o bem-estar corporal, para depois de um tempo calculado acenar com a saída dessa situação. Aceitar fazer parte do simulacro significava a perda de sua própria história e de todas as identificações construídas ao longo da vida, tornando-se uma peça na engrenagem da política do esquecimento:

"Então eu passei esses dois meses sem tomar sol, sem tomar banho, sem receber visitas, sem nada, enquanto os caras faziam entrevistas, eletroencefalograma e tal, e o diretor (...), ele tá na penitenciária ainda hoje, (...) ele veio com uma conversa, uma entrevista afinal, uma conversa comprida pra caramba e tal, pra dizer como era bom estar solto. Eu falei 'Ah, eu concordo com você, mas o que você quer que eu faça?'. 'Por que é que você não sai?'. Eu falei 'Por que é que vocês me mantêm preso?'. Só que ele fez uma conversa durante duas horas falando, aí no final que teve esse diálogo. (...) '*Pô*, você vai pra televisão e renega tudo e aí você sai'. E aí, obviamente, que eu não faria isso, mas você imagina a minha

Saiba Mais

ABI. Associação Brasileira de Imprensa. Primeira Página. "Livro-reportagem leva jornalista a desvendar a morte da primeira vítima da repressão na ditadura militar". 26/6/2004.
Comissão Nacional da Verdade: http://www.cnv.gov.br/

Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos: www.desaparecidospoliticos.org.br

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ). "Dossiês de mortos e desaparecidos políticos": http://www.torturanuncamais-rj.org.br/index.php/dossies.

Memórias Reveladas. "Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça": http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/desaparecidos/

TELES, Edson Luis Almeida. "Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos". *Revista Urutágua*, Ano I, n. 03, dez/2001: http://www.urutagua.uem.br//03teles.htm.

Filme

15 Filhos. Direção: Maria Oliveira, Marta Nehring. São Paulo. 1996. 20 min.: http://www.youtube.com/playlist?list=PLD5CE48I1618A58B8.

situação: renegar a luta era renegar o meu pai, a minha mãe, meus irmãos, meus amigos, meus companheiros, renegar a família. Quer dizer, eu ia viver como um robô na mão dos caras".

Como transmitir uma memória do terror se ela é constituída pela impossibilidade de falar da morte de um pai ou de uma mãe brutalmente arrancado(a) da convivência sem que se soubesse seu paradeiro e as razões de seu desaparecimento?

Tessa Moura Lacerda, hoje professora de Filosofia da USP, é filha de Gildo Macedo Lacerda, torturado e morto em 1973, e de Mariluce Moura, presa juntamente com o marido quando estava grávida dela. A incapacidade de aceitar a morte de um pai que não chegou a conhecer, mas por quem esperou mesmo depois que as "evidências" se apresentaram, é consequência da impossibilidade de fazer o luto: "Hoje eu aceito racionalmente, visão crítica e tudo, mas durante um tempo, eu não aceitava isso, eu acreditava mesmo que não, que ele não tinha morrido, que ele tinha conseguido sair do país, ele tinha fugido, e a minha mãe não sabia, porque ele não tinha como comunicar pra ela, mas num belo dia ele ia aparecer, iam me comunicar: 'Este é o seu pai'. Então, eu sei lá, eu tinha essa fantasia, né? É engraçado porque, com 14 anos, quando você já tá na idade de ter um pensamento mais crítico, racional e tal, saiu no jornal (...) que não tinha nada a ver com aquela versão oficial lá, uma farsa, que eles inventaram. Aí eu falei pra minha mãe 'É, pelo menos agora a gente pode ter certeza, né?'. Ela falou 'Não, Tessa, mas a gente já tinha certeza, como não ia ter certeza? Eu sabia, você não?'. E aí eu parei assim pra pensar 'Meu Deus!'. Mas até hoje é difícil aceitar uma morte que não é material, que você não tem... mais que isso, mais do que essa imaterialidade da morte, para mim ainda a imaterialidade da vida, porque eu não conheci o meu pai".

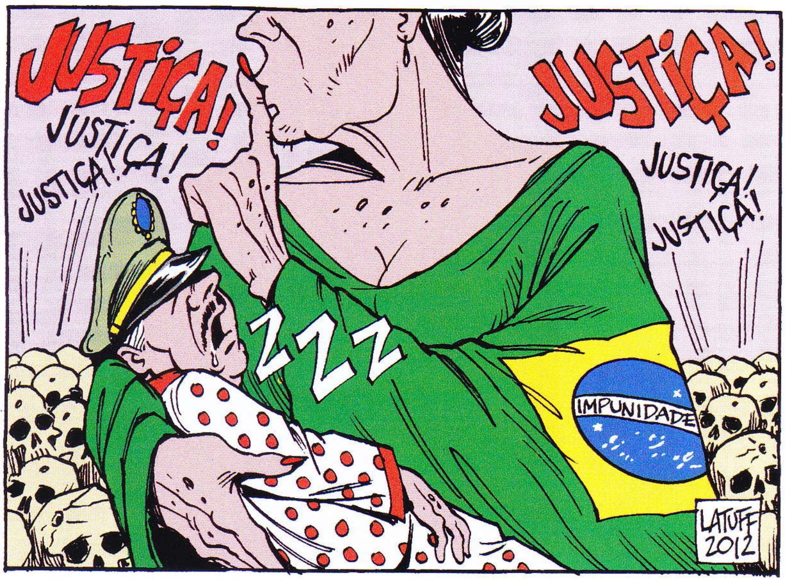
Algumas opiniões difundidas no senso comum são obstáculos para que a sociedade brasileira deseje a punição dos militares envolvidos nos crimes cometidos no período, como a construção da imagem de "terroristas". Denise Oliveira Lucena é filha de Damaris Oliveira Lucena e Antonio Raymundo Lucena, assassinado na frente de seus três filhos, em 1970. Denise foi presa menor de idade e banida do país junto com sua mãe, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e seus irmãos, Adílson e Telma: "Na época em que a gente foi preso aqui no Brasil, eles levaram a gente pro Juizado de Menores em Tatuapé, e ali eles criaram uma imagem assim da gente, parecia que a gente era um bandido de alta periculosidade, e eles falavam pras crianças que estavam lá: 'Esses daí são terroristas, vocês não mexam com eles que eles são perigosos', e falavam pra gente 'Ó, esses daí são maconheiros, prostitutas, ladrões, todo tipo de gente'. Então, tanto os meninos morriam de medo da gente, como a gente morria de medo deles, então a gente não podia nem encostar um no outro, ficava assim a meia distância, porque era um medo tão grande

"Mais do que essa imaterialidade da morte, para mim ainda a imaterialidade da vida, porque eu não conheci o meu pai"

que eles colocavam na cabeça da gente que você ficava assim com aquele medo, e eles também morriam de medo, porque imagine, filho de terrorista... terrorista, nem sabiam o que era, mas no fundo, no fundo, tem aquele medo de terror".

A discussão sobre a impunidade dos que foram responsáveis pelas torturas e pelos assassinatos sem dúvida gera ressentimento. Por outro lado, é a indignação que possibilita ações importantes, como o reconhecimento público daqueles que lutaram contra a repressão enquanto sujeitos políticos legítimos. **H**

KARINA BORGES DIAZ NERY DE SOUZA É PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E AUTORA DA DISSERTAÇÃO "TESTEMUNHAR O ESQUECIMENTO: FRAGMENTOS E TRANSMISSIBILIDADE NA MEMÓRIA DE FILHOS DE EX-PRESOS, MORTOS E/OU DESAPARECIDOS POLÍTICOS" (UFBA, 2008).



CARLOS LATUFF/FISENGE